

Brasil quer firmar acordo de longo prazo com credores

por Maria Clara R. M. do Prado de Nova York

"Queremos parceiros no crescimento e não companheiros em um bote que afunda." Dessa maneira, o negociador para a dívida externa, embaixador Jório Dauster, encerrou a palestra que fez ontem no seminário "Brasil na década de 90: oportunidades de negócios com modernização econômica", promovido por este jornal e pelo Council of the Americas.

O embaixador procurou resumir naquela frase o teor de sua exposição: o Brasil precisa encontrar com os credores externos um acordo para a renegociação da dívida voltado não para o curto prazo, mas para um horizonte maior que dê condições de crescimento com inflação baixa. E, antecipou, o governo vai levar aos bancos, no dia 10, um modelo de negociação totalmente novo, diferente do passado: "Queremos modificar tudo e temos coragem para isto".

Dauster falou durante o almoço que reuniu representantes de empresas e de bancos em Nova York e procurou amarrar as várias facetas do problema da dívida e suas implicações. Mostrou, por exemplo, que nos últimos oito anos o País efetuou transferência líquida de recursos para o exterior da ordem de US\$ 60 bilhões. "Isto, so-



Jório Dauster

anos", atestou ele, duvidando que outros países pudessem sofrer "drenagem de recursos desta ordem". A despeito de toda essa

Setor público participa com 90% do estoque da dívida

transferência, a dívida de médio e longo prazos cresceu de US\$ 72 bilhões em 1982 para US\$ 99 bilhões no ano passado.

Em 1990, a transferência líquida de recursos entre juros e principal para os credores externos de modo geral está estimada em US\$ 16 bilhões que, junto com os atrasados de US\$ 3,3 bilhões em juros devidos aos bancos no ano passado, acumulam compromissos com o exterior da ordem de US\$ 20 bilhões. "O serviço da dívida brasileira é inaceitavelmente grande", enfatizou o embaixador. O acúmulo dos atrasados surgiu, conforme colocou, por um "imperativo aritmético".

Ele também chamou a atenção para a diferença de oportunidades que per-

mitiu aos bancos, ao longo dos anos mais recentes, tempo para que acumulassem reservas e aumentassem seu capital, enquanto "os países devedores ficaram mergulhados na lavra, e está muito quente". Seu discurso foi, de fato, muito contundente, marcando mais uma vez a posição do governo no sentido de que a dívida externa tem que ser tratada sob o ponto de vista da capacidade que a economia tem de gerar os cruzeros necessários para a compra da moeda estrangeira, no ato do pagamento de seus compromissos externos. A restrição recai hoje quase que praticamente sobre os ombros do setor público — o mais endividado externamente, com participação de 90% no estoque da dívida — e o governo não quer mais ampliar o endividamento, interno nem pressionar a base monetária (emissão primária de moeda) para honrar os pagamentos. Se o modelo de negociação desta vez (o País reabre conversas com os bancos credores no próximo dia 10) continuasse sendo o mesmo do passado, lembrou o embaixador, "estariamos empurrando o problema com a barriga por mais dez anos e isto é inaceitável".

O peso dos compromissos externos sobre o País

Ele voltou a falar também no peso da dívida que o País tem junto aos credores oficiais do Clube de Paris — uma média de US\$ 4,5 bilhões por ano, entre juros e principal, entre 1990 e 1992 — para enfatizar o peso que os compromissos externos em geral têm sobre o País.

Transferência de capital para o exterior foi de US\$ 60 bilhões

mado a fugas de capital e outros tipos de transferência de capital deve ter alcançado cifra próxima a US\$ 100 bilhões em oito